

ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS: A REATUALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS FILANTRÓPICAS E OS PROGRAMAS SOCIAIS PARA A TERCEIRA IDADE

Dayane Almeida Dias¹

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a perspectiva das políticas sociais e busca analisar as “práticas filantrópicas” e os programas sociais para a terceira idade. Buscou-se, ainda, estudar a política social de resposta à problemática do envelhecimento; discutir a falência das políticas sociais e da sua função regulatória e protetiva; identificar as articulações entre o público e o privado na proteção social ao envelhecimento; bem como identificar os fundamentos que regem os programas sociais de iniciativas filantrópicas para a terceira idade. Para a elaboração deste trabalho científico, elegemos o método crítico-dialético, por entender que este seria o único capaz de apreender o movimento do objeto estudado em sua totalidade. Utilizamos de produções das autoras Solange Maria Teixeira e Ana Amélia Camarano, referências nas discussões sobre o envelhecimento populacional. No que concerne ao tipo de pesquisa, optamos pela pesquisa bibliográfica, que tem por finalidade colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa. Este estudo corroborou com a análise de que, frente a um contexto neoliberal que se volta contra os direitos sociais, além de defenderem a retomada da solidariedade e da ajuda mútua, legitimam um “novo” trato as refrações da questão social, auto responsabilizando os idosos pelos problemas que enfrentam e a solução dos mesmos, desresponsabilizando o Estado pela garantia de direitos.

Palavras Chave: Envelhecimento. Proteção social no Brasil. Programas sociais para a terceira idade.

INTRODUÇÃO

O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial e vem atingindo todas as classes sociais. Em 1950, eram cerca de 204 milhões de idosos no mundo e, já em 1998, quase cinco décadas depois, esse contingente alcançava 579 milhões de pessoas.

A população brasileira, desde o final da década de 1960, vem apresentando consideráveis alterações, com crescimento qualitativo da população idosa, atingindo 8,6% da população total em 2000. Crescimento esse que, segundo Veras (1994), deve-se ao aumento da expectativa de vida e ao declínio da taxa de fecundidade, graças ao avanço da medicina, aos programas de esterilização em massa nas regiões carentes e às altas taxas de mortalidade da população jovem, dentro outros fatores.

¹Especialista pelo curso Serviço Social e Políticas de Proteção Social do Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa – CINTEP. Graduado pelo curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, dayanealmeida672@gmail.com.

Diante de tais transformações demográficas, foram surgindo iniciativas públicas e privadas, propostas, programas, e ampliou-se no Brasil, após os anos de 1960, a cobertura das políticas de seguridade social, além do surgimento de associações de idosos, confederações de aposentados e pensionistas, organizações de estudos e problematizações do envelhecimento. Todos esses fatos evidenciam a importância que o fenômeno envelhecimento tomou. Contudo, a relevância do tema se faz evidente, considerando-se tanto o crescimento da proporção de idosos, na população mundial e da longevidade, como também as lutas de classes na perspectiva das classes sociais pela conquista e manutenção da hegemonia, na contemporaneidade, seja em contexto mundial ou nacional.

De um lado, os movimentos em prol dos idosos como espaços de problematização do envelhecimento em cena pública, de lutas pela reprodução social e de manifestação das classes subalternas, de outro as estratégias das classes dominantes, centralizando a crise no Estado, a partir dos anos de 1990, e a necessidade de cooperação, solidariedade entre as classes, participação voluntária como superação da crise e enfrentamento das refrações da questão social, desarticulando o padrão de resposta estatal. Com relação a essas estratégias, as iniciativas da filantropia empresarial e demais organizações da sociedade civil em programas para a terceira idade são constantemente reatualizados como espaços de proteção social.

O trabalho social com idosos da filantropia empresarial são iniciativas que emergem da sociedade civil e penetram no aparelho de Estado, através da adoção dessas modalidades de serviços sociais como parte do modo de fazer política social na contemporaneidade.

Diante do exposto, o presente trabalho buscou analisar as “práticas filantrópicas” e os programas sociais para a terceira idade. Para tanto, objetivou também estudar a política social de resposta à problemática do envelhecimento; discutir a falência das políticas sociais e da sua função regulatória e protetiva; identificar as articulações entre o público e o privado na proteção social ao envelhecimento; bem como identificar os fundamentos que regem os programas sociais de iniciativas filantrópicas para a terceira idade.

Foram utilizados ainda alguns métodos capazes de viabilizar e fundamentar a operacionalização deste trabalho, bem como estabelecer o caráter científico necessário para tal proposta. Nessa perspectiva, para a elaboração de um trabalho científico, é preciso escolher um referencial teórico e o método adequado ao objeto de estudo e aos objetivos propostos. Assim, elegemos o método crítico-dialético, por entender que este apreende a realidade em seu movimento contraditório, a partir de mediações (YAZBEK, 2009). No que concerne ao tipo de pesquisa, esta é de cunho bibliográfico que tem por finalidade colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa.

O presente trabalho compõe-se desta Introdução na qual se pontua a relevância e a escolha da temática. No referencial teórico serão apresentadas a perspectiva das políticas sociais, a questão do envelhecimento e analisados os programas sociais de iniciativas filantrópicas para a terceira idade e por fim, nas considerações finais, ressaltam-se os pontos relevantes do trabalho bem como o posicionamento adotado acerca da temática em tela.

METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo, faz-se necessário o uso de métodos capazes de viabilizar e fundamentar a sua operacionalização, bem como estabelecer o caráter científico necessário para tal proposta. Nessa perspectiva, para a elaboração de um trabalho científico, é preciso escolher um referencial teórico e o método adequado ao objeto de estudo e aos objetivos propostos. Assim, elegemos o método crítico-dialético, por entender que este é o único capaz de apreender o movimento do objeto estudado em sua totalidade.

No que concerne ao tipo de pesquisa, optamos pela pesquisa bibliográfica. Esta, segundo Gil (2010, p.40) caracteriza-se:

[...] pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revista, entre outros. Sua finalidade é colocar os investigados em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa.

No que tange a relevância social da referida pesquisa, esta corroborou com a análise de que, frente a um contexto neoliberal que se volta contra os direitos sociais, além de defenderem a retomada da solidariedade e da ajuda mútua, legitimam um “novo” trato as refrações da questão social, auto responsabilizando os idosos pelos problemas que enfrentam e a solução dos mesmos, desresponsabilizando o Estado pela garantia de direitos.

1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TERCEIRA IDADE

O envelhecimento populacional é considerado um fenômeno mundial. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) prevê que em 2025 existirão no mundo 1,2 bilhão de pessoas com 60 anos de idade ou mais.

No caso brasileiro, pode ser exemplificado por um aumento da população maior de 60 anos no total da população nacional: de 4% em 1940 para 8,6% em 2000. Nos últimos 60 anos, o número de pessoas com mais de 60 anos aumentou nove vezes. Em 1940 era de 1,7 milhão e em 2000, de 14,5 milhões. Segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) projeta-se para 2050 um contingente de aproximadamente 64 milhões de pessoas que terão mais de 60 anos.

Além disso, a população “mais idosa”, ou seja, a de 80 anos ou mais, também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, o que significa dizer que este segmento também está envelhecendo.

Segundo Camarano (2002), o crescimento da população idoso resulta de dois processos: a alta fecundidade no passado, observado entre os anos de 1950 e 1960 e a redução da mortalidade da população idosa. Por um lado, a queda da fecundidade hoje modifica a distribuição etária na população brasileira, fazendo com que a população idosa passa a ser um fenômeno cada vez mais significativo dentro da população total, resultando no envelhecimento pela base. Por outro, a redução da mortalidade trouxe como consequência um aumento no tempo vivido pelos idosos, portanto, alargou o topo da pirâmide, provocando o seu envelhecimento.

O envelhecimento da população admite o envelhecimento do indivíduo como também de outros segmentos populacionais, a exemplo da família, com o crescimento no número de famílias nas quais existe pelo menos um idoso. Esse processo altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares e a sociedade, o que vai trazer diferentes demandas, implicando na formulação de políticas públicas.

2. POLÍTICA PÚBLICA ENQUANTO RESPOSTA A PROBLEMÁTICA DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

2.1 O período antecedente a Constituição Federal de 1988

A incorporação da questão do envelhecimento na agenda das políticas públicas brasileiras, quer sejam públicas ou por iniciativa da sociedade civil, não é tão recente. O Brasil é um dos pioneiros na América Latina na implementação de uma política de garantia de renda que culminou com a universalização da seguridade social em 1988, no entanto, esta prática foi inspirada nos modelos de proteção social que ocorreram nos países centrais.

Não se pode negar que a seção do envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas brasileiras é resultado de influências e pressões da sociedade civil, das associações científicas, dos grupos políticos etc. Sendo assim, destacam-se duas iniciativas que tiveram impacto significativo no desenvolvimento futuro das políticas brasileiras para a população idosa.

A primeira delas teve início em 1943, por iniciativa do Serviço Social do Comércio (SESC). Consistiu em um trabalho com um pequeno grupo de comerciários da cidade de São Paulo, preocupados com o desamparo e a solidão entre os idosos. Esta ação promovida pelo

SESC revolucionou o trabalho de assistência social ao idoso, sendo decisiva no desencadeamento de uma política dirigida a esse segmento populacional, que até então, as instituições que cuidavam da população idosa eram apenas para voltadas para o atendimento asilar.

A segunda foi a criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia em 1961. Um dos seus principais objetivos era estimular iniciativas e obras sociais de amparo à velhice e cooperar com outras organizações que se interessassem em atividades educacionais, assistenciais e de pesquisas relacionadas com a Geriatria e a Gerontologia.

A primeira iniciativa do governo federal na prestação de assistência ao idoso aconteceu em 1974 no qual consistiu em ações preventivas realizadas em centros sociais do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e da sociedade civil, bem como da internação dos aposentados e pensionistas do INPS a partir de 60 anos. Outra iniciativa do governo federal durante os anos 1970 foi a criação de dois tipos de benefícios não-contributivos: as aposentadorias para os trabalhadores rurais e a renda mensal vitalícia para os necessitados urbanos e rurais. Os valores eram estipulados em 50% do salário mínimo com exceção da aposentadoria por invalidez do trabalhador rural que era de 75%. A previdência rural, por sua vez, era referente ao chefe do domicílio que comprovasse ter trabalho em atividades rurais.

As RMVs, criadas em 1974, foram as primeiras medidas de proteção do idoso necessitado, ocorrendo no âmbito da política previdenciária. As principais condições para sua elegibilidade era receber nenhum benefício, ter contribuído pelo menos 12 meses ou ter trabalhado por cinco anos em atividades que na época não eram cobertas pela previdência e não arrecadar renda superior ao valor do benefício. Em 1992, com a associação dos regimes, as RMVs urbanas e rurais foram agrupadas. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foram criados benefícios assistências, estes derivados dos benefícios de prestação continuada.

Destaca-se para o fato de que até então as políticas do governo federal para a população idosa consistiam no provimento de renda para quem trabalhou de alguma forma e de assistência social para idosos necessitados e dependentes. No entanto, mudanças significativas foram tomando forma ao longo dos anos 1980 por influência do debate internacional.

2.2 O período constitucional e a elaboração da PNI e do Estatuto do Idoso

A partir do Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento de 1982, o Brasil passou a incorporar assertivamente esse tema na sua agenda política. Este momento coincidiu

com o processo de redemocratização do país, possibilitando um amplo debate, o que resultou na incorporação do tema no capítulo referente às questões sociais do texto constitucional de 1988.

O grande avanço em termos de política social aos idosos brasileiros foi dado pela Constituição de 1988, no qual introduziu o conceito de seguridade social, fazendo com que a proteção social deixasse de estar vinculada apenas ao contexto social-trabalhista e assistencialista e adquirisse uma significação de direito de cidadania. O acesso a saúde e educação também foi garantido pela Constituição para toda população, bem como assistência social para os necessitados.

Ao longo da década de 1990 foram regulamentados diversos dispositivos referentes às políticas públicas de proteção aos idosos. Em 1991, foram aprovados os Planos de Custeio e de Benefícios para a Previdência Social. Em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de dezembro de 1993). Essa lei estabeleceu programas e projetos de atenção a pessoa idosa e regulamentou a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas maiores de 70 anos pertencentes às famílias com renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Em 1998, a idade mínima para o recebimento reduziu para 67 anos e em 2004 para 65 anos.

Dando continuidade as diretrizes lançadas pela Constituição, em 1994 foi aprovada a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842). Essa política tinha como princípio um conjunto de ações governamentais com o objetivo de assegurar os direitos sociais dos idosos, partindo da concepção que o “idoso é um sujeito de direitos e deve ser atendido de maneira diferenciada em cada uma das suas necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas”.

No plano da saúde, apenas em 1999, o Ministério da Saúde elaborou a Política Nacional de Saúde do Idoso (Portaria 1.395/GM do MS). Esta foi consequência do entendimento dos altos custos dispendidos no tratamento médico dos pacientes idosos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não estavam resultando no real atendimento de suas necessidades específicas. Esta política tinha dois eixos norteadores: medidas preventivas com destaque para a promoção da saúde e atendimento multidisciplinar para este segmento populacional.

Até recentemente, a legislação relativa aos idosos permaneceu fragmentada em ordenamentos jurídicos ou em instrumentos políticos. Após sete anos de tramitação no Congresso Nacional, em 2003 foi aprovado o Estatuto do Idoso. Este incorpora novos elementos e enfoques, dando um tratamento integral e estabelecimento a longo prazo de

medidas que visam proporcionar o bem-estar dos idosos. Esse novo instrumento legal versa sobre diversas áreas dos direitos fundamentais e das necessidades de proteção dos idosos.

3. OS PROGRAMAS SOCIAIS PARA A TERCEIRA IDADE DE INICIATIVAS FILANTRÓPICAS

Para além de uma leitura dos programas sociais de iniciativa privada, é necessário situá-los no movimento que lhes dá origem e as condições para sua expansão nas últimas décadas, como a reatualização da filantropia empresarial, através do discurso de responsabilidade social, da qual surgem esses programas, inseridos no contexto de reestruturação do capital.

A inserção do ideário empresarial no movimento de reestruturação do capital é a chave para a compreensão do retorno à filantropia, sob nova roupagem, como também a ação privada em programas sociais, para além do benefício aos trabalhadores das empresas, difundido as ações para a sociedade civil.

O aumento dos investimentos privados na questão social, bem como a proliferação das organizações não governamentais do terceiro setor, está vinculado a um modelo econômico e político que enfatiza o livre mercado a regular a vida social e busca também o consentimento dos trabalhadores às formas de dominação, através da cooperação nos processos de trabalho e na organização do bem-estar social como responsabilidade de todos, legitimando um novo formato de enfrentamento da questão social.

Assim, é na década de 1940 que surge no Brasil, com a expansão do capitalismo, os órgãos como o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), responsáveis pela prestação de serviços sociais, visando o “bem-estar” dos trabalhadores, mascarando os conflitos de classes e as desigualdades geradas pela exploração.

Esses órgãos sempre funcionaram como aliados do Estado, contribuindo para mascarar os direitos sociais, transmutados em ajuda filantrópica. Entretanto, essa inserção do empresariado na questão social, não busca apenas o consentimento dos trabalhadores, mas expande sua ação para a comunidade.

Tem-se, portanto, uma redefinição das relações entre o Estado e a sociedade civil, desqualificando o Estado como espaço da ação pública e garantidos de direitos sociais.

Como destaca César (2002), os investimentos em filantropia são estratégias do empresariado na busca de adesão dos trabalhadores ao seu projeto hegemônico, pela persuasão e convergência de interesses; são novas formas de organização do consenso e da

adesão que nascem na produção, com as novas técnicas de gestão do trabalho, mas se estendem à sociedade como um todo. Corresponde, ainda, a uma nova racionalidade econômica e política marcada pelo processo de reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo nos anos de 1990 e pelas parcerias entre Estado e sociedade civil no redesenho das políticas sociais.

O ideário neoliberal se volta contra os direitos sociais e apontam a seletividade e focalização para as ações estatais, em parceria com as organizações não-governamentais na atenção às necessidades dos mais pobres e o setor privado para aqueles que podem pagar pelos serviços. Além de defenderem a retomada. Além de defenderem a retomada da solidariedade para o interior da sociedade, legitimam um novo trato às expressões da questão social, dividindo responsabilidades e desresponsabilizando o Estado pela garantia de direitos.

O Serviço Social do Comércio (Sesc) é pioneiro no trabalho social com idosos e este inicia-se na década de 1960, tendo como finalidade:

O Sesc, instituição de direito privado, com sede e foro na capital da República, organizado e dirigido pela Confederação Nacional do Comércio, tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciantes e suas famílias e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para a adequada e solidária integração numa sociedade democrática [...] (Sesc, Resolução CNC n. 24/68).

A partir daí que se originam os trabalhos educativos, de integração e ressocialização desenvolvidos pela instituição através do lazer, da cultura, saúde e assistência para os trabalhadores do comércio como também a sociedade em geral, entre eles os idosos, trazendo um retorno para a produção, haja vista que produz um trabalhador integrado e ajustado, com sentimento de pertencimento a instituição.

A ajuda filantrópica é uma estratégia eficiente do empresariado, que em nome do bem-estar da coletividade, expande um projeto classista, que mascara os interesses antagônicos e a identidade de classe.

A classe empresarial sempre buscou legitimar um modelo de intervenção sobre a questão social, baseado na divisão de responsabilidades, não caracterizando como direito os serviços ofertados por essa iniciativa e pelo Estado.

O trabalho com idosos emerge a partir da compreensão do “tempo livre”, como uma alternativa de ocupação desse tempo, oferecendo oportunidades de desenvolvimento da personalidade, de valorização social do idoso e de reinserção social.

De certo que o alvo das ações é a ocupação do tempo livre do trabalhador, ativo e inativo, com atividade de lazer e/ou educação. Essa ação social empresarial subordina o

“tempo livre” à lógica do capital, controlando o tempo de vida do trabalhador através da política social ou filantropia empresarial. Esse controle do “tempo livre”, tido como um espaço de difusão de novo estilo de vida, comportamentos de consumidores ativos, como espaço de consumo de mercadorias, bens e serviços produzidos pelo capital, gesta uma consciência social cooperativa com o capital, que se realiza no consumo de uma indústria cultural e de realização pessoal.

As práticas filantrópicas no trabalho social com idosos, por meio dos programas de integração e ressocialização, associadas a outras formas de convívio e participação dos idosos, promovem a cultura privativa no trato da questão social, remetendo a problemática social do envelhecimento tanto para o âmbito privado da família, da comunidade e das organizações não governamentais, auto responsabilizando os idosos pelos problemas que enfrenta, bem como a solução dos mesmos, tornando “invisível” a velhice dos trabalhadores.

Os programas para a terceira idade, de iniciativas filantrópicas, ganha legitimidade e incentivo nas últimas décadas, no contexto de Reforma do Estado brasileiro, a partir de 1990, com a regulamentação e o repasse de recursos públicos e responsabilidades para os mais variados setores da sociedade, como por exemplo, as instituições filantrópicas, as fundações empresariais, ONGs, dentre outros, criando um novo modelo de política social.

No Brasil, além da tradicional forma de modalidade de prestação de serviços, que envolve o setor privado (mercantil ou não mercantil), alia-se também a participação da sociedade civil, ganhando novas dimensões como também novos discursos e modos de operar as várias fases da política.

Essa retomada da sociedade civil, com o trabalho voluntário na proteção social, está presente na cultura brasileira há quase 500 anos, realizados tanto pelas ações da Igreja Católica quanto pelas instituições leigas. No governo militar, para financiar organizações privadas na construção de escolar, hospitais etc. (TEIXEIRA,2008)

Outro momento decisivo para a institucionalização de um novo modelo de política social foi instituída pela Reforma Administrativa do estado brasileiro, elaborada e aprovada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de voltar com os serviços sociais para a dimensão privada, lucrativa ou não mercantil, atacando os direitos sociais, garantidos pelo fundo público e executados pelo aparelho estatal, reforçando a refilantropização da questão social.

As iniciativas da sociedade civil de proteção social aos idosos difundem novos valores associados ao envelhecimento através da expressão “terceira idade” dentre outras inovações, reforçando a ação direta da sociedade civil na proteção social. Constituindo uma parte desse

processo que institui um novo desenho da política social, essas iniciativas penetram no aparelho do Estado como modelo de proteção e formas de prestação de serviços sociais, sendo legalizados e institucionalizados pelo Estado, compondo um novo desenho de política social, no enfrentamento das formas atuais da questão social, reatualizando a cultura privativa, que se expressa nas modalidades de intervenção, como também na participação da sociedade civil frente a essas modalidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre as principais análises e discussões a respeito do tema ora discutido nesta pesquisa, destaca-se que a introdução da problemática do envelhecimento na agenda pública não seja tão recente. No entanto, consideramos que nas últimas décadas sucedeu uma falência das políticas sociais reguladas pelo Estado e uma expansão das articulações entre público e privado no que tange aos programas sociais de iniciativa filantrópica para a terceira idade, despolitizando a questão social e conquistas históricas advindas das lutas sociais descaracterizando a responsabilidade do Estado frente a questões de cunho político e social, transferindo a responsabilidade de organização e gerenciamento das políticas públicas destinado aos mais vulneráveis socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstra que a retomada da sociedade civil com o trabalho voluntário na proteção social está presente na cultura brasileira há quase 500 anos, realizados tanto pelas ações da Igreja Católica quanto pelas instituições leigas. Porém, com o avanço neoliberal, em meados dos anos de 1990, as iniciativas da sociedade civil de proteção social aos idosos (objeto de estudo do nosso trabalho), difundem novos valores associados ao envelhecimento, reforçando a ação direta da sociedade civil na proteção social.

Essas iniciativas penetram no aparelho do Estado como modelo de proteção e formas de prestação de serviços sociais, sendo legalizados e institucionalizados pelo Estado, compondo um novo desenho de política social, no enfrentamento das formas atuais da questão social, reatualizando a cultura privativa, que se expressa nas modalidades de intervenção, como também na participação da sociedade civil frente a essas modalidades.

É necessário salientar que o reflexo das mudanças com as reformas trabalhista e previdenciária aprovadas, agudizam a precarização das condições de vida dos idosos, tendo

em vista que com o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, ele terá que trabalhar mais tempo para se aposentar.

Desta realidade decorrerão várias consequências: qualidade de vida precária, disparidade entre idosos e os mais jovens - já que os idosos dispõem de mobilidade reduzida e outros aspectos próprios do envelhecimento – o que pode ocasionar preterição deles em relação a candidatos com menos idade e até mesmo a aceitação de quaisquer condições de trabalho para manter-se empregado. Sendo assim, infere-se que o trabalhador com mais idade não terá uma receptividade no mercado de trabalho. Por um lado, terá que contribuir por mais tempo para se aposentar; por outro terá que trabalhar durante mais tempo, inclusive com idade avançada para obter os benefícios da Previdência.

Por tudo o que fora exposto, verifica-se, então, a reatualização da filantropia, isto é, controle sobre os “pobres” e “necessitados” e de sujeição das massas trabalhadoras à dominação de classe. Uma estratégia que tem por objetivo a despolitização da questão social e o desmonte das conquistas históricas do trabalho, no entanto, sem prejuízos para a reprodução do capital, antes ao contrário, constitui uma estratégia de privatização desses recursos, mercantilizando ou refilantropizando os serviços destinados aos mais pobres. É necessário, portanto, aprofundar a discussão sobre a temática do envelhecimento populacional, no sentido de somar esforços para análises cada vez mais críticas com relação aos programas sociais de iniciativas filantrópicas para a terceira idade.

REFERÊNCIAS

CAMARANO, Ana Amélia. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito além dos 60?** – Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A.A., PASINATO, M. T. *Envelhecimento, condições de vida e política previdenciária: como ficam as mulheres?* Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para discussão, 883).

CÉSAR, M. de J. Responsabilidade social: novo ethos do discurso empresarial. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 8, 2002, Juiz de Fora. *Anais...* Minas Gerais, 2002. 1 CD-ROM.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MS. Redes estaduais de atenção à saúde do idoso. Guia operacional e portarias relacionadas. Série A, Brasília, DF, 2002 (Normas e Manuais Técnicos).

PEREIRA, Rodrigo Mendes. **Envelhecimento e Políticas Públicas: Conquistas e Desafios**. Síntese do Trabalho de Conclusão de Curso do MBA Gestão e Empreendedorismo Social –

Turma 1 – da Fundação Instituto de Administração – FIA, instituição conveniada a FEA/USP. São Paulo, março de 2004.

SESC. *Trabalho social com idosos no Sesc Sergipe*: 20 anos fazendo história. Sergipe: Sesc, 2004.

_____. Regimento interno do Sesc. Resolução CNC n. 24/1968.

SILVESTRE, J. A., COSTA NETO, M. M. **Abordagem do idoso em programas de saúde da família**. Cadernos de Saúde Pública, Fiocruz, v. 19, n. 3, maio/jun. 2003.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

VERAS, R. P. *País jovem com cabelos brancos*: a saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UERJ, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009a.